

ANO 45-2, 2011

FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



revista portuguesa de
pedagogia

O Problema da Crueldade Contra Animais na Infância: Suas Dimensões e Consequências¹

António Castro Fonseca² & Sofia Salgado Dias²

Resumo

O objectivo deste trabalho é examinar a relação entre a crueldade para com animais na infância e diversas formas de comportamento anti-social no fim da adolescência.

Na primeira parte, faz-se uma breve síntese da literatura mais relevante sobre esta questão, enquanto que na segunda se discutem os dados de um estudo português. A terminar, apresentam-se algumas sugestões para futuros trabalhos de investigação e intervenção neste domínio.

Palavras-chave: Crueldade contra animais; Infância; Comportamentos anti-sociais; Fim da adolescência.

Introdução

A crueldade contra os animais, sobretudo nas suas formas mais intensas, persistentes e injustificadas, representa em muitos países um problema social preocupante e, em certos casos, até um crime. Paralelamente, a identificação de famílias com esse tipo de comportamentos tornou-se um objectivo importante para profissionais dos serviços de saúde, de justiça ou de serviço social, envolvidos na protecção da criança ou de outros grupos vulneráveis. Subjacente a essa posição encontra-se a crença de que o abuso de animais na infância anda estreitamente associado a várias formas de violência interpessoal ou a outros tipos de comportamento desviante na idade adulta. De resto, esta ideia tem já uma longa história. Assim, se recuarmos no tempo, encontramos referências a esse tema em trabalhos da antiguidade grega ou romana, da Idade Média ou da Idade Moderna (Ascione &

1 Trabalho efectuado no âmbito do projecto PTDC/PSI-PED/104849/2008, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia

2 Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra - Qualquer informação pode ser obtida através do e-mail: acfonseca@fpce.uc.pt

Arkow, 1999; Unti, 2008). Por exemplo, é bem conhecida a posição de J. Locke (1693/1989) que, em finais do século dezassete, num ensaio sobre a educação, afirmava o seguinte:

“(...) atormentar ou matar animais irá pouco a pouco endurecer a sua mente contra os humanos; e os que se divertem com o sofrimento e com a destruição de criaturas inferiores não conseguirão manifestar grande compaixão nem grande bondade para com os da sua própria espécie”.

A crueldade contra os animais é frequentemente entendida por esses estudiosos como a expressão de um carácter insensível ou desnaturado, capaz de infligir sofrimento desnecessário a outras criaturas mais fracas ou indefesas que, muitas vezes, vivem debaixo do mesmo tecto do agressor. Por outras palavras, a crueldade contra os animais, foi durante muito tempo tratada numa perspectiva filosófica ou moral, passando a sua resolução por uma educação adequada da criança que, desde cedo, lhe permita distinguir o bem do mal e desenvolver sentimentos morais (v.g., empatia, culpa, sentimento de vergonha) indispensáveis para uma vida em sociedade.

Em contrapartida, o estudo sistemático e empírico desta questão foi, durante muito tempo, quase inteiramente descurado ou esquecido. Beirne (2009) afirma mesmo que antes de 1991 não havia nenhum artigo sobre abuso de animais na infância no domínio da Criminologia. Uma possível explicação para essa lacuna é que, durante séculos, com excepção de alguns pensadores ilustres, a nossa sociedade atribuiu pouca importância ao abuso de animais, considerando-os como criaturas de natureza inferior, destinadas a ser utilizadas pelo homem que sobre elas tinha direitos e poder absolutos.

Esta visão tem vindo a alterar-se nas últimas décadas graças, por um lado, a consideráveis avanços científicos sobre o mundo dos animais e sobre o desenvolvimento físico e mental das crianças e, por outro, à emergência de novos ideais democráticos que contemplam um maior respeito pelos direitos das minorias, incluindo os direitos dos animais. Uma boa ilustração desta viragem (e da importância atribuída à crueldade contra os animais na infância) foi a inclusão da violência contra os animais na lista dos sintomas do Distúrbio da Conduta nas últimas edições do DSM (PA, 1987; 2000) e a sua utilização como um factor importante para a construção de instrumentos de avaliação de risco de violência na idade adulta. O interesse crescente por este tema está bem documentado no grande número de publicações que sobre ele têm aparecido nas duas últimas décadas (Ascione, 1998, 2008; Beirne, 2009; Flynn, 2011; Linzey, 2009; Merz-Perez & Heide, 2004).

Uma primeira conclusão, bastante consensual, para que esses estudos apontam é a de que a crueldade contra os animais coexiste habitualmente com um grande leque de outros problemas desde muito cedo na vida de certos indivíduos, às vezes antes dos 7 anos de idade. Por exemplo, Achenbach (1991) e Arlucke e colaboradores (1999) referem que esse tipo de comportamento é observado em cerca de 25% das crianças com *distúrbio do comportamento*. À primeira vista, tais resultados parecem confirmar a crença de que a agressão contra os animais é apenas um elemento de uma síndrome mais vasta de comportamentos desviantes ou de uma tendência anti-social do indivíduo que, em diferentes fases da sua vida, terá diferentes expressões (Gottfredson e Hirschi, 1990). Paralelamente, outros autores defendem que a crueldade contra animais, na criança, constitui um bom preditor de futuras formas de violência interpessoal. Esse risco seria particularmente acentuado nos casos de comorbilidade com outros problemas de conduta na infância (Dadds, Whitning & Hawes, 2006). Grande parte das investigações até agora efectuadas sobre esse tema tem utilizado amostras de criminosos adultos conhecidos pela gravidade dos seus crimes (v.g. homicídios sexuais, violações, abusos de crianças, assédio sexual, assassínios em série e, de modo geral, indivíduos condenados por crimes violentos). Num desses estudos, Ressler e colaboradores (1998) mostraram que 46% dos violadores já abusavam de animais na adolescência e 36% tinham iniciado esse abuso ainda mais cedo, na infância. Outros investigadores têm referido que a probabilidade de um indivíduo ter um registo criminal violento é 5.3 vezes mais elevada entre os abusadores de animais do que entre os indivíduos de um grupo de controlo, ou que os abusadores de animais têm 4 vezes mais probabilidade de serem detidos por crimes contra o património e 3.5 vezes mais probabilidade de serem detidos por crimes relacionados com droga ou por conduta desordeira em público (Archie *et al.*, 1999; Sauder, 2000; Levin & Fox, 2001)

Um outro conjunto de estudos, com uma considerável visibilidade social, tem incidido especificamente sobre os efeitos da crueldade contra os animais na violência doméstica, revelando que a crueldade contra os animais é parte de um ciclo insidioso de agressão que vitimiza a própria família (Merz-Perez & Heide, 2004). Por exemplo, tem-se verificado que, muitas vezes, os perpetradores dessas ofensas já eram conhecidos pela sua crueldade para com os animais na infância ou na adolescência; e os seus riscos de crime violento na idade adulta pareciam ser mais elevados nos casos em que a violência contra os animais implicava a morte destes, envolvia actos sexuais ou ocorria num ambiente de violência generalizada na família. Do mesmo modo, há estudos que apontam para uma possível relação entre crueldade contra animais e abuso sexual das crianças ou abuso de idosos. Por exemplo, Duffield e colaboradores (1998) verificaram que 20% dos indivíduos que abusaram sexualmente

de outras crianças ou que, mais tarde, cometeram diversos actos violentos, tinham um historial de crueldade contra animais que remontava à infância. Em contrapartida, os resultados são escassos no que respeita ao estudo dessa mesma questão nos idosos. A única informação até agora disponível é proveniente de estudos de caso que carecem de validação independente e cujo poder de generalização parece bastante limitado (Peterson & Farrington, 2007).

Finalmente, a ideia de que o abuso de animais na infância constitui um prelúdio de futuras manifestações de crime violento tem sido reforçada pela ocorrência de um certo número de casos de grande violência bem publicitados nos últimos anos. Contam-se, entre eles, tiroteios nas escolas ou noutros lugares públicos, levados a cabo por indivíduos até aí considerados inteiramente normais, mas cuja biografia frequentemente revela a presença de abuso de animais na infância. Por exemplo, Verlinden (2000) refere que, numa amostra de 11 jovens envolvidos em tiroteios nas escolas, 5 apresentavam um historial de abuso de animais na infância. O mesmo parece, aliás, acontecer em relação ao fenómeno da agressão e intimidação dos colegas na escola, também conhecido sob a designação de *bullying* (Gullone & Robertson, 2008). Numa investigação levada a cabo na Austrália, verificou-se que o ter presenciado abuso de animais na infância aparecia como preditor da violência e ameaça contra os colegas, mesmo depois de se ter controlado os efeitos de uma longa lista de variáveis, tais como sexo, idade ou conflitos na família (cf. Flynn, 2011), que frequentemente andam associadas com o comportamento anti-social e com a violência.

Para explicar essa relação vários modelos têm sido propostos, mas o mais conhecido é, certamente, o da passagem progressiva da crueldade contra animais na infância para a violência interpessoal no adulto (*graduation hypothesis*). De acordo com este modelo, tudo se passaria como se, ao observarem ou ao cometerem elas próprias agressões contra animais, as crianças fossem perdendo a sensibilidade ao sofrimento dessas criaturas bem como o respeito pelas suas vidas e acabassem por adoptar, pouco a pouco, a mesma conduta para com os humanos. Essa evolução/aprendizagem seria facilitada pelo facto de as vítimas serem, muitas vezes, animais de estimação que vivem na mesma casa, com os quais a maioria das crianças habitualmente tem um relacionamento afectivo intenso, e que se encontram na sua inteira dependência. Assim, a agressão seria inicialmente orientada para criaturas inferiores indefesas ou mais fáceis de controlar, para depois se alargar progressivamente a situações cada vez mais complexas e mais graves que envolverão, também, mais tarde, os humanos (primeiro na família e depois fora de casa). Ou seja, a observação ou o envolvimento de crueldade contra animais levaria a uma redução da empatia e da compaixão para com os outros na criança e aumentaria a tolerância ou aceitação de atitudes e crenças favoráveis ao comportamento violento.

Esta ideia encontra-se bem ilustrada numa série de gravuras do artista inglês William Hogart (1751, in Gordon, 2003), intituladas “Os quatro estádios da crueldade”, que descrevem os quatro momentos da carreira violenta de uma personagem chamada Tom Nero. Na primeira imagem, aparece uma criança a torturar um cão em público; na segunda, aparece um jovem a bater num cavalo doente que sucumbiu ao peso de uma carroça pesada; na terceira, aparece a mesma personagem, agora adulta, a matar barbaramente uma mulher que anteriormente seduzira e incitara ao furto; e, na quarta, aparece a mesma personagem central que, após o seu enforcamento, está a ser dissecada, em público, num teatro de anatomia.

Embora escassos, os dados da investigação empírica recente parecem confirmar uma tal hipótese. Por exemplo, Flynn (1999) verificou que muitos dos jovens que admitiam ter abusado de animais confessavam também envolvimento, mais tarde, em violência contra os cônjuges e defendiam o uso do castigo físico na educação dos filhos; e essa relação mantinha-se mesmo depois de se controlar o efeito de outras variáveis, tais como a frequência do castigo físico, a raça e o género dos participantes no estudo. Do mesmo modo, Merz-Perez, Heide e Silverman (2001) numa investigação em que participaram 45 reclusos que tinham cometido crimes violentos e 45 reclusos por crimes não-violentos, verificaram que os reclusos violentos se tinham envolvido três vezes mais do que os seus pares não violentos em actos de crueldade contra os animais durante a infância. Isto não significa, porém, que exista um consenso total em torno deste modelo. Pelo contrário, a análise atenta dessa literatura mostra frequentes desacordos entre investigadores e, ao mesmo tempo, aponta para a necessidade de estudos científicos mais rigorosos neste domínio.

O que tem falhado

Uma possível explicação para esses desacordos poderá ser encontrada, pelo menos em parte, nas falhas metodológicas de muitas das investigações. Limitações desse tipo, aliás, têm sido assinaladas e discutidas em vários trabalhos recentes (Beirne, 2009; Flynn, 2011; Haden & Scarpa, 2005; Patterson-Kane & Piper, 2009) e prendem-se com aspectos tão diversos como a falta de correspondência entre os aspectos considerados (por exemplo: heterogeneidade dos alvos da crueldade dos animais; ou diversidade das motivações por detrás desse comportamento); recurso a métodos retrospectivos em muitas das investigações disponíveis; utilização de amostras pouco representativas da comunidade (designadamente indivíduos encarcerados ou confinados a instituições psiquiátricas); fracas propriedades psicométricas dos instrumentos utilizados na recolha de dados; negligência dos factores de ordem

cultural e social; ou ainda, falta de controlo de outras variáveis habitualmente associadas com a crueldade contra os animais na criança e com o comportamento delinvente no adulto.

Apesar da sua grande diversidade, estas limitações podem facilmente ser classificadas em quatro categorias principais: operacionalização de definições e conceitos, tipo de métodos e instrumentos utilizados na recolha de informação, necessidade de controlo de outros factores da infância que podem contribuir para a violência adulta ou, ainda, a falta de sensibilidade às variações de natureza cultural nesse comportamento.

Definições e conceitos

A falta de correspondência entre as definições de *crueldade contra animais* utilizadas pelos diversos investigadores tem sido uma das razões frequentemente mencionadas para explicar as divergências nos estudos sobre as consequências negativas a curto ou médio prazo da crueldade contra os animais, na infância. Efectivamente, sob essa designação incluem-se actos tão diferentes como asfixiar, afogar, queimar, cortar, despedaçar, esmagar, atirar à água, arrancar a pele, bater, arrancar os olhos, cortar as patas, obrigar a lutar, privar de alimentos, abandonar e vários outros. Como é óbvio, tais formas de agressão não causam todas o mesmo grau de sofrimento ou os mesmos danos, não são igualmente predictoras de futuras formas de violência interpessoal, nem suscitam a mesma reacção social de repúdio ou condenação. Além disso, na origem de cada um desses actos podem estar motivações também muito diferentes. Kellert & Felthous (1985), com base nos relatos de homens adultos com um historial de crueldade para com os animais, concluíram que havia pelo menos nove categorias de motivos, a saber: 1) controlar os animais, 2) retaliar contra os animais; 3) satisfazer os preconceitos contra certas espécies ou raças; 4) servir-se dos animais para expressar agressão contra alguém (v.g. contra um familiar); 5) reforçar a sua própria agressividade; 6) chocar as pessoas para se divertir; 7) retaliar contra outra pessoa utilizando para isso os animais; 8) deslocar a agressividade de uma pessoa para um animal; 9) sadismo não específico ou generalizado.

Acresce, ainda, que certos comportamentos que, no adulto, são frequentemente vistos como verdadeira crueldade, na infância, podem resultar simplesmente duma tendência natural da criança a explorar o mundo à sua volta. Nestas circunstâncias torna-se difícil encontrar uma definição unívoca da crueldade, pois, como nota Beirne (2009), algumas das agressões contra os animais são de natureza criminal (i.e., a agressão intencional); outras podem ser consideradas como uma forma de abuso, mas não crime (v.g. negar os cuidados ou o carinho devido a um animal de companhia ou de

estimação); e outras não são nem crime nem abuso (v.g. a utilização de animais para fins científicos ou para a alimentação). Na mesma ordem de ideias, alguns autores defendem que nem todas as formas de crueldade terão implicações negativas no que se refere a futuras manifestações de inadaptação social e afectiva do indivíduo (Feltous & Kellert, 1987). O risco ficaria limitado apenas às que são deliberadas, prolongadas e intensas ou severas.

Num esforço para contornar algumas destas dificuldades, Ascione (1993) propôs uma definição baseada na intenção do acto, na sua natureza claramente danosa e na condenação social do mesmo, ou seja, “um comportamento socialmente inaceitável que intencionalmente causa dor, sofrimento ou aflição desnecessários a um animal ou mesmo a sua morte”...Todavia esta definição, apesar da sua crescente popularidade, está longe de ser satisfatória ou consensual (Beirne, 2009). Por exemplo, ela não diferencia suficientemente a agressão contra um animal de estimação que vive connosco, em casa, da agressão contra um animal de espécies inferiores (v.g. uma víbora, um mosquito ou uma ratazana) com os quais as crianças dificilmente terão ligações afectivas. Do mesmo modo, não consta dessa definição qualquer referência ao gozo ou prazer que os actos de crueldade podem trazer ao seu autor, embora geralmente se admita que as crianças que se deleitam a maltratar os animais sejam mais perturbadas do que outras (Dadds & Turner, 2000).

Métodos e instrumentos

Uma outra dificuldade, frequentemente referida, é a que se prende com os métodos e instrumentos utilizados na recolha de dados nesses estudos. Convém lembrar, a esse propósito, que os investigadores recorrem frequentemente a amostras de adultos cujos crimes violentos os conduziram à cadeia ou ao internamento em instituições psiquiátricas. A análise desses casos tem revelado numerosos episódios de extrema crueldade contra animais ocorridos na infância. Por exemplo, Dennis Rader, o assassino BTK, refere que na sua infância enforcara um gato e um cão; Jeffrey Dahmer, outro assassino conhecido pelos seus homicídios em série, decapitou cães e pregou gatos contra as árvores muitos anos antes de matar pessoas; e Ted Bundy, conhecido por ter morto várias mulheres depois de ter abusado delas, também torturou animais de estimação quando era criança. Estes e outros casos igualmente macabros têm sido frequentemente citados como prova de continuidade entre a crueldade contra animais na infância e a extrema violência interpessoal na idade adulta.

Porém, a validade de tais informações parece ser bastante fraca, ou pelo menos controversa, na medida em que os métodos retrospectivos e os *estudos de caso* que lhes servem de apoio apresentam diversas limitações. Dados de investigações

longitudinais e de outros estudos, mais específicos, sobre a memória têm mostrado que esta não fornece um registo fotográfico dos acontecimentos, particularmente quando ocorreram há já muito tempo. Na mesma ordem de ideias, torna-se difícil fazer generalizações apenas com base num pequeno número de casos individuais muito diversos, por mais interessantes que sejam. Uma estratégia alternativa frequentemente utilizada para superar essas lacunas consiste em recorrer a várias fontes de informação e a diferentes tipos de medidas, bem como utilizar metodologias longitudinais prospectivas. Porém, tais estudos são ainda raros e, à primeira vista, os seus resultados sugerem que a ligação entre a crueldade da infância e a violência do adulto é mais fraca do que nos estudos retrospectivos.

Outra crítica frequentemente feita a vários trabalhos nesta área é a de que as medidas utilizadas são muito globais ou rudimentares do ponto de vista psicométrico e, portanto, incapazes de diferenciar os vários tipos mais comuns de crueldade e abuso contra animais. De facto, há estudos em que as crianças ditas *cruéis* são identificadas a partir de uma única pergunta a pais ou professores sobre a presença ou não desse comportamento, sem que haja qualquer possibilidade de validar essa informação através da sua confrontação com outras fontes independentes. É certo que nas últimas décadas têm sido feitos alguns esforços para construir novas medidas, mais específicas e detalhadas, de crueldade contra animais. Três exemplos dessas medidas são o *Survivors Coping Strategies* (SCS) desenvolvido por Heide (1999), o *Children and Animals Assessment Instrument* (CAAI) construído por Ascione e colaboradores (Ascione, 1993; Ascione, Thompson & Black, 1997), e o *Children's Attitudes and Behaviors Towards Animals* (CABTA), construído por Guymer e colaboradores (2001). No entanto, as suas qualidades psicométricas e a sua utilidade estão ainda por demonstrar. Talvez por isso, uma grande parte dos trabalhos neste domínio continua a utilizar informações retrospectivas fornecidas pelo próprio indivíduo abusador e tendo como pano de fundo definições de crueldade contra animais demasiado genéricas ou simplesmente intuitivas.

O efeito conjunto de outras variáveis da infância

Muitas das investigações sobre os efeitos, a médio ou longo prazo, da crueldade contra animais também não têm prestado atenção suficiente à presença de outras variáveis da infância susceptíveis de contribuir para o aparecimento de comportamentos anti-sociais ou delinquência na juventude e na idade adulta. Nesse sentido, é importante, por exemplo, saber se a criança vive numa família marcada pela violência; se já foi vítima de agressões por parte de irmãos mais velhos; se apresenta outros sintomas de distúrbio do comportamento ou de hiperactividade e problemas de atenção; ou, ainda, se tem graves dificuldades de adaptação à escola.

Dados de diversos estudos longitudinais têm posto em evidência que as crianças que desde cedo apresentam vários problemas têm maiores probabilidade de posteriormente se caracterizarem por maiores dificuldades de adaptação em diferentes domínios. Por exemplo, no caso da crueldade contra animais, há dados a mostrar que a ocorrência desta, em conjunto com a violência doméstica, representa um risco muito maior de violência contra as mulheres do que quando o abuso de animais ocorre sozinho (Simmons & Lehman, 2007). Do mesmo modo, a coexistência da crueldade contra animais, de enurese e de fogo-posto – também conhecida por *tríade do ego*, *tríade da sociopatia*, *tríade da agressão* ou *tríade de MacDonald* (MacDonald, 1963)–, tem sido considerada como um bom preditor de futuros comportamentos agressivos ou violentos (Becker *et al.*, 2004; Slavkin, 2001). Esta tríade tem, de resto, sido objecto de numerosos estudos, frequentemente inspirados por um quadro teórico de orientação psicanalítica (Hellman & Blackman, 1960; Wax & Haddox, 1974). Mas, de modo geral, os dados empíricos em seu apoio são escassos, contradizendo assim a sua considerável popularidade (Felthous & Kellert, 1987; Weatherby *et al.*, 2009). Uma possível explicação para isso é o facto de essa tríade coexistir com outras variáveis da criança que são melhores preditores de violência nos adultos, tais como birras, agressão, vadiagem ou outras que habitualmente aparecem incluídas nas categorias *distúrbios do comportamento* ou *problemas de oposição e desafio* (Justice, Justice & Kraft, 1974).

Finalmente, importa salientar que, embora a crueldade contra animais seja um dos sintomas do distúrbio do comportamento no DSM-IV (APA, 2000), ainda pouco se sabe sobre a sua relação com os outros sintomas (Vaughn *et al.*, 2009) ou sobre o seu poder preditivo de futuros comportamentos anti-sociais, quando se controla o efeito de outros factores da infância com ela associados (Peterson & Farrington, 2007). E a lista dessas variáveis é extensa, incluindo não só características de natureza individual (v.g. impulsividade, problemas de atenção, défices de empatia, dificuldades de aprendizagem), mas também uma vasta gama de variáveis de natureza social ou cultural.

Importância dos factores culturais

Um pressuposto em que assenta o modelo da progressão (*Graduation Hypothesis*) parece ser o de que as crianças com crueldade ou agressão contra animais sofrem de deficiência ou atraso no desenvolvimento nos domínios da empatia, do juízo moral ou, mais genericamente, da cognição social. Por outras palavras, a crueldade reflectiria um desenvolvimento anormal ou deficitário do indivíduo no domínio social e moral. E, nalguns casos, esse défice poderia mesmo ter uma base biológica (Blair,

2005; Pincus, 2001). Uma das críticas que a esta perspectiva pode ser feita é a de que tal explicação não parece reconhecer o peso que as variáveis de natureza cultural têm na definição e percepção da crueldade. Este ponto está bem ilustrado, por exemplo na grande aceitação e na grande popularidade que as touradas, as montarias ao javali ou a caça à raposa têm em certos países, nomeadamente em Portugal. Do mesmo modo, em muitas famílias, particularmente em zonas rurais do nosso país, as crianças ainda assistem com alguma regularidade à matança de animais domésticos (v.g. aves, coelhos, porcos) para consumo na sua própria família ou na vizinhança. Noutros meios ou culturas, tais cenas seriam provavelmente consideradas como inaceitáveis, bárbaras ou mesmo criminosas. Isso coloca aos investigadores uma questão importante: saber até que ponto as variações culturais ajudarão a compreender melhor as frequentes discrepâncias entre os vários estudos, no que se refere tanto às prevalências do abuso de animais na comunidade como à existência de um elo causal entre crueldade contra animais na infância e violência interpessoal na idade adulta. Uma maneira de controlar o efeito dessas variáveis culturais seria perguntar aos participantes nessas investigações se eles vêem o seu comportamento (de maus tratos aos animais) como normal ou desviante. Surpreendentemente, os investigadores neste domínio nem sempre se preocupam com o controlo dessas variáveis (Merz-Perez & Heide, 2004).

Em síntese, há dados de investigação empírica a mostrar que as crianças que abusam de animais correm um risco acrescido de se tornarem adultos violentos e que os adultos que maltratam os animais têm maior probabilidade de se envolverem em violência doméstica, abuso de crianças e agressão contra idosos. Mas, ao mesmo tempo, tem-se constatado que muitos desses estudos apresentam importantes lacunas metodológicas que podem comprometer o alcance das suas conclusões. Além disso, há estudos nos quais não foi possível encontrar essa relação. Como notam DeGue e DiLillo (2009), “apesar da aceitação generalizada por parte de advogados, políticos e investigadores de que existe uma relação causal entre abuso de animais e violência intra-familiar, os dados da investigação empírica em seu apoio são ainda muito escassos” (p.1037). Pode-se, pois, dizer que a investigação científica sobre a ligação entre crueldade contra os animais na criança e violência interpessoal do adulto se encontra ainda a dar os primeiros passos e se vê confrontada com dificuldades de vária ordem (Haden & Scarpa, 2005). O estudo que aqui a seguir se descreve representa uma primeira tentativa de explorar essa relação em crianças e jovens educados numa cultura onde certas formas de violência contra animais são tradicionalmente toleradas ou mesmo valorizadas (v.g. as touradas).

Alguns dados de um estudo português

As duas principais questões analisadas neste estudo incidem sobre a frequência dos actos de crueldade contra os animais na infância e sobre a sua associação com o comportamento anti-social no fim da adolescência. Outras questões complementares prendem-se com a estabilidade da crueldade contra animais e a co-ocorrência de outros problemas do comportamento nessas mesmas crianças ao longo da adolescência. Além disso, o facto de se tratar de crianças portuguesas permitirá testar se as conclusões dos estudos anteriores sobre estes problemas, provenientes sobretudo de países de língua inglesa, se mantêm válidas noutras culturas. Os dados para esse efeito utilizados são provenientes de uma investigação longitudinal em curso há vários anos, na Universidade de Coimbra. Os participantes nesse estudo (445 rapazes e raparigas) foram avaliados pela primeira vez quando frequentavam o 2º ano de escolaridade e tinham, em média, 7 anos de idade. Posteriormente, foram avaliados mais três vezes, tendo a última avaliação ocorrido aos 17-18 anos de idade (cf. Fonseca *et al.*, 2006; Simões *et al.*, 1995 para uma descrição mais pormenorizada da metodologia). Concretamente, as informações sobre a crueldade contra os animais na infância foram fornecidas pelos pais que preencheram o Inventário de Problemas de Comportamento (Achenbach, 1991) e pelos próprios alunos que preencheram o Questionário de Auto-avaliação dos Comportamentos Anti-sociais (Loeber *et al.*, 1989, 1998), aquando da primeira recolha de dados aos 7-8 anos e na segunda avaliação aos 11-12 anos de idade. Cada um destes instrumentos incluía um item sobre a crueldade contra os animais. Os seus pontos eram somados de maneira a proporcionar uma medida compósita de crueldade contra os animais na infância³. No final da adolescência (17-18 anos), a avaliação dos comportamentos anti-sociais – variável dependente deste estudo – foi feita por meio de dois instrumentos: uma Escala de Comportamento Anti-social (Loeber *et al.*, 1989; 1998) que permitia derivar um score separado de delinquência e de consumo de droga, e o Inventário de Problemas de Comportamento para Jovens (Achenbach, 1991) que, entre as suas várias subescalas, incluía uma de delinquência e outra de agressão, as quais se podem agregar de maneira a formar um *cluster* de problemas de externalização. Na última fase da avaliação, aos 17-18 anos de idade, os participantes foram entrevistados quase sempre nas escolas, em pequenos grupos. Porém, nos casos em que eles já tinham abandonado os estudos, a entrevista decorria em local previamente combinado (v.g.

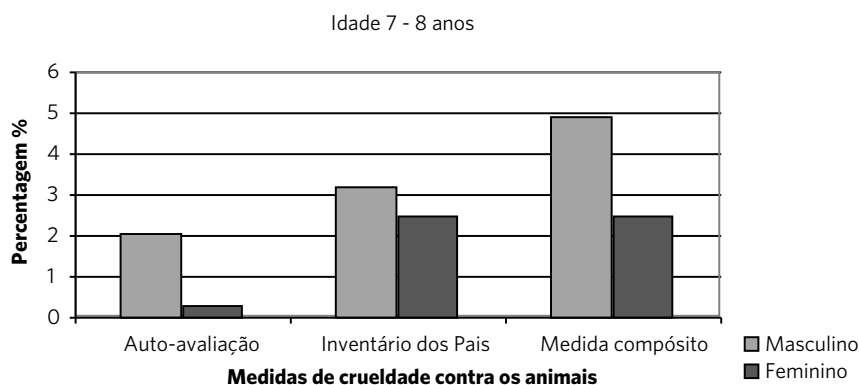
3 A escala de auto-avaliação dos comportamentos anti-sociais era administrada a toda a turma seleccionada para participar nesta investigação, enquanto que os pais desses alunos preenchiam, em casa, o Inventário de Problemas de Comportamento da Criança (Achenbach, 1991), que depois era trazido pelos alunos, em envelope fechado, para os Conselhos Directivos das respectivas escolas, onde os investigadores os recolhiam.

em suas casas, num café, numa biblioteca ou noutros locais). Para algumas das análises que a seguir se apresentam, os participantes foram distribuídos em dois grupos (*com crueldade* e *sem crueldade*) conforme nessa medida compósita, o seu *score* era zero ou superior a zero.

Prevalência da crueldade contra animais

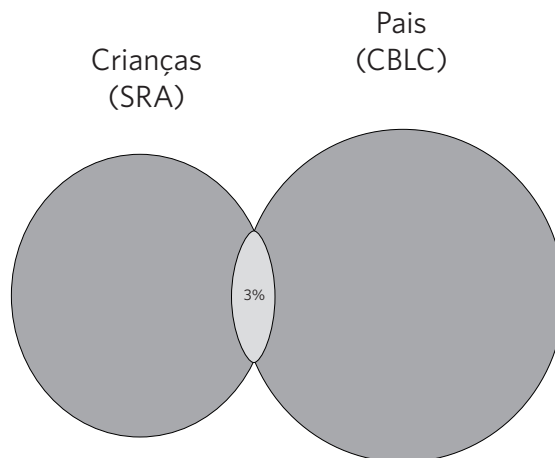
A primeira questão analisada neste estudo foi a de saber quantos alunos do 2º ano de escolaridade do ensino público no Concelho de Coimbra se tinham envolvido em actos de crueldade contra animais. Como se pode ver pelo Gráfico 1, as taxas de prevalência variam em função do sexo e da fonte de informação utilizada sendo sempre mais elevadas no grupo dos rapazes do que no grupo das raparigas. Mas, em qualquer dos casos, os seus valores situam-se abaixo dos que habitualmente vêm referidos em estudos com participantes da mesma idade, os quais geralmente se situam à volta de 5% (Achenbach *at al.*, 1991) ou mesmo muito acima desse valor. Por exemplo, num estudo sobre esta questão, efectuado com adolescentes italianos, Baldry (2003) obteve uma taxa de crueldade contra os animais de 50%, a qual era ainda mais elevada quando a análise incidia apenas nos rapazes (66.5%). É possível que estas discrepâncias sejam reflexo de diferenças culturais nas atitudes para com os animais (as quais se traduziriam numa maior tolerância a certos desses comportamentos na cultura portuguesa) ou resultem simplesmente da falta de correspondência das medidas da crueldade utilizadas.

Gráfico 1 - Taxas de prevalência da crueldade por sexo e fonte de informação



Um outro dado interessante é que as duas fontes de informação (pais e filhos) só raramente coincidem (3%). Por outras palavras, os pais referem muito mais casos de crueldade contra os animais do que os próprios filhos e os casos reportados pelas duas fontes de informação divergem muito frequentemente entre si (cfr. Gráfico 2). É possível que nesta idade as crianças, por falta de experiência social, considerem como inteiramente normais certas condutas que os adultos percebem como uma forma de crueldade contra os animais. Isto ilustra bem a importância de se utilizarem várias fontes de informação na identificação desse tipo de comportamento das crianças, pois é reconhecido que os casos identificados por várias fontes são os mais graves e têm um prognóstico mais pobre. Este é, de resto, um ponto consensual para os investigadores que trabalham no estudo da psicopatologia da criança.

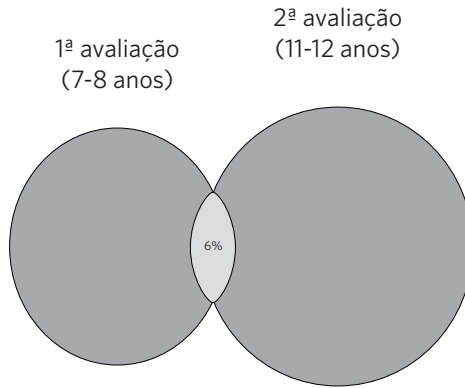
Gráfico 2 - Grau de convergência entre duas fontes de informação



SRA - Self-report antisocial behaviour
CBCL - Children Behaviour Checklist

O efeito da idade

Uma vez que, neste estudo, se recolheu, por duas vezes, informação sobre a crueldade contra os animais (aos 7-8 anos e aos 11-12 anos), através do questionário de auto-avaliação, tornou-se possível avaliar o efeito da idade nesse comportamento. Os resultados estão sintetizados no Gráfico 3 e permitem retirar duas conclusões.

Gráfico 3 - Estabilidade temporal da crueldade contra os animais

A primeira é que há um claro aumento desse comportamento com a idade, embora sem se atingir, na adolescência, as frequências obtidas em estudos realizados noutros países. É de lembrar, a esse propósito, que alguns autores verificaram que 20% dos adolescentes reportavam actos de crueldade contra os animais (Achenbach, 1991) e outros mencionaram frequências ainda mais elevadas, chegando nalguns casos a 62% (Rigdon & Tapia, 1977). A segunda conclusão é a de que apenas uma pequena parte dos que confessam ter-se envolvido em actos de crueldade contra animais na infância continua a fazê-lo mais tarde, na adolescência (6%). Por outras palavras, a crueldade contra os animais parece caracterizar-se por uma muito fraca estabilidade temporal. Mesmo assim, há um pequeno número de crianças que, desde cedo, apresenta esse comportamento e que o mantém, pelo menos até ao início da adolescência.

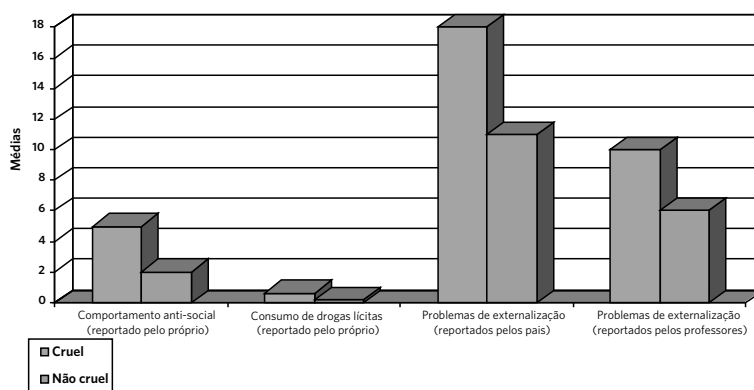
Crueldade contra animais e comportamento anti-social na infância

Uma outra questão central deste estudo era a de saber se a crueldade para com os animais andava associada a outras formas de comportamento anti-social da infância. Para tal, os participantes foram distribuídos em dois grupos: aqueles que apresentavam comportamentos de crueldade na infância (isto é, com uma pontuação superior a zero na respectiva escala) e os que não tinham tais comportamentos (ou seja, com pontuação igual a zero) nessa mesma medida. Os resultados da comparação destes dois grupos nas medidas de comportamento anti-social da primeira avaliação, aos 7-8 anos de idade, estão sintetizados no Gráfico 4 (*análise concomitante*).

Como por aí se pode ver, as crianças "cruéis" apresentam mais comportamentos anti-sociais ($F(1,441)= 10.09, p < .01$) e mais consumo de droga lícita, ou seja, álcool e tabaco ($F(1,441)=12,57, p < .001$) do que os seus pares sem crueldade. Médias

significativamente mais elevadas foram também obtidas no cluster de externalização do Inventário de Problemas de Comportamento de Achenbach na sua versão para pais ($F(1,393)= 19,78, p < .001$) e professores ($F(1,429)=6,00, p < .05$). E essas diferenças não são afectadas pela variável género.

Gráfico 4 - Comparação entre crianças com e sem crueldade em diversas medidas de comportamento anti-social aos 7-8 anos de idade

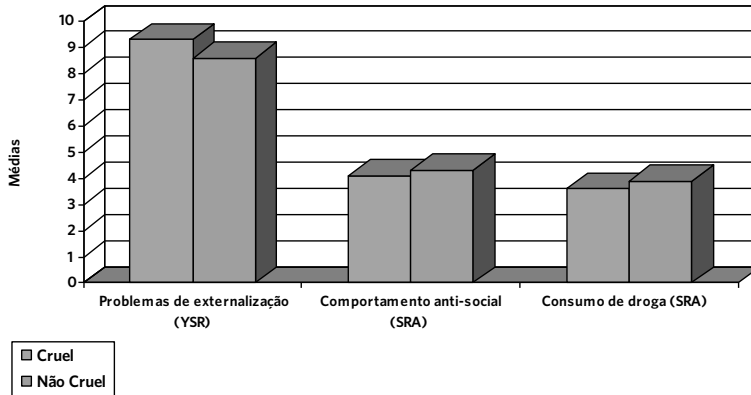


Parece, pois, confirmar-se a hipótese segundo a qual a crueldade contra os animais faz parte de uma síndrome mais vasta de distúrbios do comportamento (APA, 1987; 2000). Por outras palavras, as crianças portuguesas que se envolvem em actos de crueldade contra os animais apresentam também, desde cedo, numerosos outros problemas de relacionamento interpessoal ou adaptação social.

Será a crueldade na infância um factor de risco de comportamentos anti-sociais no fim da adolescência?

Para responder a esta questão, compararam-se os mesmos dois grupos nas diferentes medidas de comportamento anti-social utilizadas aos 17-18 anos de idade, ou seja, na quarta fase desta investigação. Como se pode ver pelo Gráfico 5, os resultados de uma análise de variância a uma só via não revelaram qualquer diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos nem nas medidas globais de comportamento anti-social nem nas suas subescalas (designadamente as de agressão e delinquência ou as de droga lícita e droga ilícita). Os resultados permaneciam inalterados quando se controlava a variável sexo, o que parece contradizer a crença, muito generalizada entre leigos e profissionais de saúde mental, segundo a qual a crueldade contra animais na infância é um factor de risco de diversos outros problemas de adaptação social na idade adulta.

Gráfico 5 - Comparação entre adolescentes com e sem crueldade em diversas medidas de comportamento anti-social aos 17-18 anos de idade



YSR - Youth self-report de Achenbach

SRA - Self-report antisocial behaviour

Por outras palavras, embora a crueldade contra animais ande frequentemente associada a outras formas de comportamento anti-social na infância, isso não significa que, sozinha, essa variável possa ser considerada um bom preditor de futuras formas de delinquência, consumo de droga ou outras formas de grave inadaptação social.

Discussão final

É um facto bem conhecido que as crianças gostam muito de animais, estabelecendo com eles um relacionamento afectivo por vezes intenso como se de verdadeiros amigos se tratasse. Esses animais são, aliás, frequentemente utilizados como preciosos auxiliares no trabalho com crianças, em contextos educativos ou terapêuticos. Todavia, em certos casos, esse relacionamento parece perturbado desde muito cedo, envolvendo actos de agressão para com os animais ou, mesmo, a sua morte. Tais situações extremas têm despertado o interesse de investigadores de diferentes disciplinas (v.g. psicologia, criminologia, antropologia, direito, sociologia, ciências veterinárias), originando uma literatura teórica e empírica já consideravelmente extensa. Da sua análise, bem como da análise do estudo português aqui apresentado, podem retirar-se várias conclusões, nem sempre consonantes com o senso comum. A primeira é que a crueldade contra animais é um fenómeno relativamente frequente na infância, que tende a aumentar com a idade. Mesmo assim, as crianças portugue-

sas encontram-se numa posição bastante favorável, envolvendo-se em menos actos de crueldade do que as crianças de vários outros países. Três explicações podem ser avançadas para essa prevalência relativamente baixa: uma maior tolerância à crueldade contra animais na nossa cultura, a idade mais baixa das avaliações desse comportamento no nosso estudo e o recurso a diferentes fontes de informação. Iguamente interessante foi a constatação de que esse tipo de conduta surge frequentemente associado a vários outros tipos de comportamento anti-social na infância. Confirmam-se assim os resultados obtidos em diversos estudos anteriores e fornece-se mais um argumento a favor da inclusão da crueldade contra os animais como um elemento da síndrome de Distúrbio do Comportamento nas edições mais recentes do Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais (DSM) da Associação Americana de Psiquiatria. Uma possível explicação para esse facto é a de que esses dois tipos de problemas serão expressões diferenciadas de um mesmo factor etiológico subjacente (v.g., o baixo auto-controlo ou uma tendência geral para o comportamento desviante).

Uma outra conclusão é que tanto as informações contidas na literatura aqui revista como os dados do estudo português agora apresentados não confirmaram a crença segundo a qual a crueldade na infância é um bom preditor de futuros comportamentos anti-sociais ou delinquência, na juventude ou na idade adulta. Isto não significa que uma tal sequência causal não exista entre aquelas duas formas de comportamento anti-social, pois, como atrás se referiu, muitos desses estudos apresentam importantes falhas metodológicas que comprometem seriamente a validade das suas conclusões. Antes de se aceitar uma tal conclusão serão necessários estudos mais rigorosos, que utilizem, por exemplo, uma metodologia longitudinal com um plano quase-experimental neles incluído - o que até agora não foi possível concretizar (Flynn, 2011). Na mesma ordem de ideias, seria importante alargar a análise dessa questão a outros grupos de pessoas que, no seu trabalho, observam (ou participam directamente na) morte de animais, designadamente os técnicos e o pessoal auxiliar que trabalha nos matadouros, nos canis, nas clínicas veterinárias ou noutros empregos semelhantes, e verificar se entre eles também há uma taxa mais elevada de violência interpessoal ou de outras formas de psicopatologia (Beirne, 2004). Este aspecto do problema tem sido até agora quase completamente ignorado pela investigação.

Mas, independentemente da existência ou não desse elo causal, o problema da crueldade contra os animais na infância constitui, por si mesmo, um problema ao qual a sociedade é cada vez mais sensível e tem de dar resposta. Em vários países, os animais parecem ter vindo a conquistar um estatuto muito semelhante ao dos humanos cuja integridade e cujo bem-estar devem ser respeitados. Esse direito tem sido reivindicado activamente por vários grupos (v.g. associações de protecção

dos animais ou grupos ecológicos) levando, em certos casos, a mudanças legislativas com vista a sanções mais duras contra o abuso de animais. Do mesmo modo, tem-se assistido nalguns países à criação ou (re)organização de serviços e programas de detecção e de prevenção desses abusos e/ou de apoio às suas vítimas. Estas formas de intervenção são, muitas vezes, dirigidas à população mais jovem e podem ser levadas a cabo em diferentes contextos e de diferentes maneiras. Por exemplo, nas escolas, através da inclusão desse tópico nalgumas unidades curriculares; na comunidade, através de visitas e colaboração com serviços de recolha e tratamento de animais; e, na arena política, através da organização de grupos de defesa dos direitos de animais dispostos a sensibilizar a opinião pública para esse problema e pressionar as autoridades a promulgar legislação que proteja os animais de formas injustificadas de violência.

Um elemento comum a várias dessas modalidades de intervenção é o pressuposto de que as crianças que, desde cedo, desenvolvem sentimentos de empatia e de compaixão se tornarão adultos mais sensíveis e carinhosos não só para os animais, mas também para com os seus semelhantes. E aquelas que, devido a factores da sua personalidade ou do seu meio, apresentam défices importantes nesse domínio poderão beneficiar de programas de estimulação do desenvolvimento dessas emoções morais. Por sua vez, no que se refere aos adultos que maltratam os animais, alguns autores defendem uma atitude mais firme do sistema judicial no caso de abusos graves e, ao mesmo tempo, sublinham a necessidade de uma avaliação psicológica mais rigorosa desses indivíduos para se apurar a eventual presença de outros problemas associados ao comportamento ou à personalidade e, se necessário, orientá-los para um programa de aconselhamento. Nalguns países, esse esforço tem-se traduzido na preparação de programas educativos (sobre a natureza da crueldade contra animais e sua relação com a violência na família e na comunidade) destinados a veterinários, juizes e advogados, agentes da polícia e outros profissionais (Ascione, 2001). Até que ponto estes esforços levarão a uma redução efectiva da violência interpessoal no adulto, bem como de outros comportamentos anti-sociais? Esta é uma questão que continua em aberto.

Bibliografia

- Achenbach, T. M. (1991). *Integrative guide for the 1991 CBCL/4-18, YSR, and TRF profiles*. Burlington: University of Vermont, Department of Psychology.
- Achenbach, T. M., Howell, C. T., Quay, H. C., & Conners, C. K. (1991). National survey of problems and competencies among four- to sixteen-year-olds: parents' reports for normative and clinical samples. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 56(3), 1-131.

- APA (1987). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders (3ª ed.revista) (DSM-III-R)*. Washington, D.C.: American Psychiatric Association.
- APA (2000). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders (4ª ed.revista) (DSM-IV)*. Washington, D.C.: American Psychiatric Association.
- Arluke, A., Levin, J., Luke, C., & Ascione, F. R. (1999). The relationship of animal abuse to violence and other forms of antisocial behaviour. *Journal of Interpersonal Violence*, 14, 963-975.
- Ascione, F. R. (1993). Children who are cruel to animals: A review of research and implications for developmental psychopathology. *Anthrozoos*, 5(4), 226-247.
- Ascione, F. R., Thompson, T.M. & Black, T. (1997). Childhood cruelty to animals: Assessing cruelty dimensions and motivations. *Anthrozoos*, 10(4), 170-179.
- Ascione, F. R. (1998) Battered women's reports of their partners' and their children's cruelty to animals. *Journal of Emotional Abuse*, 1 (1), 119-133.
- Ascione, F.R., & Arkow, P. (eds.) (1999). *Child Abuse, Domestic Violence and Animal Abuse: Linking the Circles of Compassion for Prevention and Intervention*. West Lafayette, IN: Purdue University Press, 1999.
- Ascione, F.R. (2005). *Children and animals: Exploring the roots of kindness and cruelty*. West Lafayette, IN: Purdue University Press.
- Ascione, F. R. (2008). *International handbook of animal abuse and cruelty: Theory, research, and application*. West Lafayette, IN: Purdue University Press.
- Baldry, A. C. (2003). Animal abuse and exposure to interparental violence in Italian youth. *Journal of Interpersonal Violence*, 18 (3), 258-281.
- Beirne, P. (2004). From animal abuse to interhuman violence? A critical review of the progression thesis. *Society and Animals*, 12(1), 39-65.
- Beirne, P. (2009). *Confronting animal abuse: Law, criminology and human-like-animal relationships*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- Becker, K. D., Stuewig, J., Herrera, V. M., & McCloskey, L. A. (2004). A study of firesetting and animal cruelty in children: Family influences and adolescent outcomes. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 43 (7), 905-912.
- Blair, R. J. R. (2005). Applying a cognitive neuroscience perspective to the disorder of psychopathy. *Development and Psychopathology*, 17, 865-891.
- Dadds, M. R., & Turner, C. M. (2000). O desenvolvimento da crueldade para com animais e humanos nas crianças. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 34, 131-163.
- Dadds, M. R., Whitning, C., & Hawes, D. (2006). Associations among cruelty to animals, family conflict, and psychopathic traits in childhood. *Journal of Interpersonal Violence*, 21, 411-429.
- DeGue, S., & DiLillo, D. (2009). Is animal cruelty a "red flag" for family violence? *Journal of Interpersonal Violence*, 24(6), 1036-1056.
- Duffield, G., Hassiotis, A., & Vizard, E. (1998). Zoophilia in young sexual abusers. *Journal of Forensic Psychiatry*, 9(2), 294-304.
- Felthous, A. R., & Kellert, S. R. (1987). Childhood Cruelty to Animals and Later Aggression Against People: a review. *American Journal of Psychiatry*, 144 (6), 710-717.
- Flynn, C. P. (1999). Animal abuse in childhood and later support for interpersonal violence in families. *Society and Animals*, 7, 161-172.

- Flynn, C. P. (2011). Examining the links between animal abuse and human violence. *Crime, Law and Social Change*, 55 (5), 453-468.
- Fonseca, A. C. et al. (2006). *Relatório Final do projecto PTDC/PSI-PED/104849/2008*. Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Gordon, I. "The Four Stages of Cruelty". *The Literary Encyclopedia*. First published 05 November 2003 [<http://www.litencyc.com/php/sworcs.php?rec=true&UID=807>, accessed 25 October 2011]
- Gottfredson, M. R., & Hirschi, T. (1990). *A General Theory of Crime*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Gullone, E., & Robertson, N. (2008). The relationship between bullying and animal abuse in adolescents: The importance of witnessing animal abuse. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 29, 371-379.
- Guymier, E. C., Mellor, D., Luk, E. S., & Pearse, V. (2001). The development of a screening questionnaire for childhood cruelty to animals. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 42 (8), 1057-1063.
- Haden, S. C. & Scarpa, A. (2005). Childhood animal cruelty: A review of research, assessment, and therapeutic issues. *The Forensic Examiner*, 14(2), 23-32.
- Heide, K. M. (1999). *Young Killers*. Thousand Oaks, CA: Wadsworth/ Thomson Learning.
- Heller, M. S., Ehrlich, S. M. & Lester, D. (1984). Childhood cruelty to animals, firesetting, and enuresis as correlates of competence to stand trial. *The Journal of General Psychology*, 110, 151-153.
- Hellman, D. S., & Blackman, N. (1966). Enuresis, fire setting, and cruelty to animals: A triad predictive of adult crime. *The American Journal Psychiatry*, 122, 1431-35.
- Henderson, B.B., Hensley, C., & Tallichet, S. E. (2011). Childhood Animal Cruelty Methods and Their Link to Adult Interpersonal Violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 26, 2211-2227.
- Herrenkohl, T. I., Catalano, R. F., Hemphill, S. A., & Toumbourou, J. W. (2009). Longitudinal examination of physical and relational aggression as precursors to later problem behaviors in adolescents. *Violence and Victims*, 24(1), 3-19.
- Justice, E., Justice, R. & Kraft, I. A. (1974). Early warning signs of violence: Is the triad enough? *American Journal of Psychiatry*, 131, 457-459.
- Kellert, S. R., & Felthous, A. R. (1985). Childhood cruelty to animals among criminals and non-criminals. *Human Relations*, 38, 1113 - 29.
- Levin, J., & Fox, J. A. (1985). *Mass murder: America's growing menace*. New York: Diamond Books
- Linzey, A. (2009)(ed.). *The link between animal abuse and human violence*. Eastbourne: Sussex Academic Press.
- Locke, J. (1989). *Some thoughts concerning education* (5ed. - J.W. & J.S. Yolton, eds). Oxford: Clarendon Press (Trabalho originalmente publicado em 1693).
- Lockwood, R. & Ascione, F.R. (1998). *Cruelty to animals and interpersonal violence: Readings in research and applications*. West Lafayette, IN: Purdue University Press.
- Loeber, R., Stouthamer-Loeber, M., Van Kammen, W. B., & Farrington, D. P. (1989). Development of a new measure of self-reported antisocial behavior for young children: Prevalence and reliability. In M. Klein (Ed.), *Cross-National Research in Self-Reported Crime and Delinquency* (pp. 203-225). Boston, MA: Kluwer-Nijhoff.

- Loeber, R., Farrington, D. P., Stouthamer-Loeber, M., & Van Kammen, W. B. (1998). *Antisocial behavior and mental health problems: Explanatory factors in childhood and adolescence*. Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Macdonald, J.M. (1963). The threat to kill. *American Journal Psychiatry*, 120, 125-130.
- McVie, S. (2007). *Animal Abuse Amongst Young People aged 13 to 17: Trends, Trajectories and Theoretical Explanations*. Policy report for the Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals.
- Merz-Perez, L., Heide, K. M., & Silverman, I. J. (2001). Childhood cruelty to animals and subsequent violence against humans. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 45 (5), 556-573.
- Merz-Perez, L., & Heide, K. M. (2004). *Animal cruelty: Pathway to violence against people*. Oxford: Altamira Press.
- Miller, C. (2001). Childhood animal cruelty and interpersonal violence. *Clinical Psychology Review*, 21 (5), 735-749.
- Nash, H. (2011). Animal cruelty/Domestic Violence: The link. Retirado no dia 27 de Junho de 2011 do site http://www.sPCA-kwt.co.za/Downloads/Inspectorate/Animal_Cruelty_Human_Violence_Link_Holly_Nash.pdf
- Patterson-Kane, E. G. & Piper, H. (2009) Animal Abuse as a Sentinel for Human Violence: a critique. *Journal of Social Issues*, 65 (3), 589-614
- Peterson, M. L. & Farrington, D. P. (2007) Cruelty to Animals and Violence to People. *Victims and Offenders*, 2, 21-43.
- Pincus, J. H. (2001). *Base instincts: What makes killers kill*. New York: W.W. Norton.
- Ressler, R. K., Burgess, A. W., Hartman, C. R., Douglas, J. E., & McCormack, A. (1998). Murderers who rape and mutilate. In R. Lockwood & F. R. Ascione (eds.), *Cruelty to animals and interpersonal violence* (pp. 179-193). West Lafayette, IN: Purdue University Press.
- Rigdon, J. D. & Tapia, F. (1977). Children who are cruel to animals: A follow-up study. *Journal of Operational Psychiatry*, 8 (1), 27-36.
- Rowan, A. N. (2006). Animal cruelty: Definitions and Sociology. *Behavioral and Brain Sciences*, 29, 238-239.
- Sauder, J. (2000). Enacting and enforcing felony animal cruelty laws to prevent violence against humans. *Animal Law*, 6, 1-21.
- Simmons, C.A., & Lehmann, P. (2007). Exploring the link between pet abuse and controlling behaviors in violent relationships. *Journal of Interpersonal Violence*, 22(9), 1211-1222.
- Simões, A., Ferreira, J. A., Fonseca, A. C. e Rebelo, J. A. (1995). Um estudo dos distúrbios do comportamento e dificuldades de aprendizagem no ensino básico: Opções metodológicas. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXIX (2), 55-68.
- Slavkin, M. L. (2001). Enuresis, firesetting and cruelty to animals: Does the ego triad show predictive validity? *Adolescence*, 36 (143), 461-463.
- Unti, B. (2008). Cruelty indivisible: Historical perspective in the link between cruelty to animals and interpersonal violence. In F. R. Ascione (Ed.) *The international handbook of animal abuse and cruelty: theory, research and application* (pp.7-30) West Lafayette: Purdue University Press.

- Vaughn, M. G., Fu, Q., DeLisi, M., Beaver, K. M., Perron, B. E., Terrell, K., Howard, M. O. (2009). Correlates of cruelty to animals in the United States: Results from the National Epidemiologic Survey on Alcohol and Related Conditions. *Journal of Psychiatric Research, 43*, 1213-1218.
- Verlinden, S., Hersen, M., & Thomas, J. (2000). Risk factors in school shootings. *Clinical Psychology Review, 20* (1), 3-56.
- Wax, D. E., & Haddox, V. G. (1974). Enuresis, Fire Setting and Animal Cruelty: A Useful Danger Signal in Predicting Vulnerability of Adolescent Males to Assaultive Behavior. *Child Psychiatry and Human Development, 4* (3), 151-156.
- Weatherby, G. A., Buller, D. G. & McGinnis, K. (2009). The Buller-McGinnis Model of Serial Homicidal Behavior: An Integrated Approach. *Journal of Criminology and Criminal Justice Research and Education, 3* (1), 1-21
- Wright, J. & Hensley, C. (2003). From animal cruelty to serial murder: Applying the graduation hypothesis. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 47*(1), 71-88.

Résumé

L'objectif de cet article est de examiner s'il y a un lien causal entre cruauté envers des animaux chez l'enfant et les comportements antisociaux à la fin de l'adolescence.

La première partie est dédiée à une révision, très sommaire, de la littérature sur ce lien, tandis que dans la deuxième partie on présente des données d'une étude portugaise sur ce thème. Pour terminer, on fait des suggestions pour des futures projets de recherche et d'intervention dans ce domaine.

Mots-clés: Cruauté contre les animaux; Enfance; Comportements anti-sociaux; Adolescence.

Abstract

This paper is aimed at examining the hypothesis of a link between animal cruelty in childhood and antisocial behaviour in late adolescence. In the first part, we present a brief literature review on that link whereas in the second part we discuss data from a Portuguese study on the same issue. At the end, suggestions are made for future research and intervention work in this field.

Key-words: Animal cruelty; Childhood; Antisocial behaviour; Late adolescence.